

# CNJ retomará mutirões e STF continuará julgamento sobre prisões

21/06/2023

A ministra Rosa Weber anunciou, nesta terça-feira (20/6), que o Conselho Nacional de Justiça retomará os mutirões carcerários pelo país em julho, e que o Supremo Tribunal Federal retomará em agosto o julgamento da ação na qual foi reconhecido, em 2015, o estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.

CNJ



Mutirões incentivam revisão de processos<sup>CNJ</sup>

Na última semana de julho, o mutirão passará por Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Será adotada uma nova metodologia, que permite revisões processuais simultâneas. O objetivo da medida é mobilizar tribunais para garantir o cumprimento de entendimentos já firmados no STF e no Superior Tribunal de Justiça.

Dentre os processos a serem revisados estão aqueles que envolvem o tratamento de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças menores de 12 anos e pessoas com deficiência; a situação de pessoas que cumprem pena em regime prisional mais severo do que o fixado na condenação; a situação de pessoas que cumprem pena em regime diferente do aberto, condenadas pela prática de tráfico privilegiado; e os casos de prisões provisórias com duração superior a um ano.

Os informes sobre os resultados dos mutirões devem ser enviados entre julho e setembro. Desde sua criação, em 2008, tais medidas já resultaram na revisão de mais de 400 mil processos e na libertação de ao menos 45 mil pessoas.

Com relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, sobre a situação do sistema carcerário, Rosa lançou uma **publicação** que atualiza dados relacionados. Conforme o documento, o CNJ estruturou o programa Fazendo Justiça, com uma série de estratégias para serem aplicadas nos ciclos penal e socioeducativo, a partir dos debates e entendimentos firmados pelo STF em decisão cautelar.

"A publicação joga luzes para a relevância do momento que antecede o julgamento definitivo da ADPF 347, com encaminhamentos que podem acelerar transformações em curso na realidade carcerária do Brasil", assinalou a presidente da Corte. A ação será incluída na pauta de julgamento do STF, diante da devolução dos autos após pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso.

**Outra publicação** lançada por Rosa mostra os impactos da atuação do CNJ por meio do programa Fazendo Justiça. O documento traz histórias de personagens de todo o país, como integrantes do Judiciário; outros profissionais que atuam diretamente na pauta penal e socioeducativa; e pessoas que tiveram contato com a privação de liberdade e seus familiares. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-21/cnj-retomara-mutiroes-stf-continuara-julgamento-prisoas-2/>